

O Autor apresenta uma documentação farta, com fontes manuscritas, impressas, bibliografia, índice onomástico, facilitando desta forma as pesquisas futuras.

E' um trabalho que carece, talvez, de maior meditação e de interpretação, pois nos pareceu sempre mais voltado para a simples descrição. Isto não quer dizer que o Autor não tenha dado excelente contribuição ao estudo das ordens religiosas e do papel do elemento judeu na vida brasileira.

E', enfim, a obra de interesse para todo estudioso do período.

EDNA RODRIGUES OKAY

* *
*

MACHIAVEL (Nicolas). — *O Príncipe*. Editôra Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1969. Tradução de Roberto Grassi.

Publicado em 1532, desde então se tornou *O Príncipe* (ou melhor, *Do Principado*), de Maquiavel, um dos livros mais famosos e contravertidos do mundo. É que, esteando-se em observações hauridas na experiência contemporânea e no estudo da história, em contraposição com os tratadistas que se arrimavam na ética racional e nas Escrituras Santas, *O Príncipe* representou, na política da época, revolução idêntica à que, um século mais tarde, operaria, na filosofia, o *Discurso do Método*, de Descartes. Assim como êste sacudiu o jugo da autoridade escolástica, fazendo da observação a base do conhecimento científico e filosófico, *O Príncipe* desprendeu as normas políticas das concepções teológicas, vindas da Idade Média, para transformá-las em simples frutos da observação direta e quotidiana, considerando a arte de governar sob prisma exclusivamente objetivo e realístico. Foi o que Bacon salientou ao frisar que Maquiavel se limitou a registrar, no *Príncipe*, o que os soberanos faziam e não o que deveriam fazer. Depois de haver sido indutiva com Aristóteles, passara a política, da Idade Média, a ser fantasista, entregando-se à construção de meros entes de razão, sem raízes no mundo real, de acôrdo com o exemplo de Platão em sua *República*. Maquiavel reagiu contra êsse predomínio da imaginação sôbre a observação.

Assim como Leonardo Da Vinci praticava, em seu tempo, as ciências experimentais, avaliando-lhes o poder e prevendo-lhes o portentoso futuro, Maquiavel praticou, em política, verdadeiro positivismo científico, ao baseá-la na experiência e na observação. Ligando a causas puramente naturais a explicação dos acontecimentos políticos, tornou-se um precursor de Montesquieu ao ver nêles a resultante das relações necessárias que a natureza das coisas estabelece entre os homens. E também precedeu a Augusto Comte na fundação de uma ciência que está, para os fatos políticos, como a física para os fenômenos naturais.

Afastando de suas cogitações qualquer concepção teológica acêrca do homem e da sociedade, Maquiavel introduz o método positivo na apreciação das realidades sociais. Estuda o aparecimento das formas políticas, as causas internas e externas de sua decadência e procura desvendar as leis que, através do mundo antigo e moderno, lhes determinam o nascimento e o declínio. Erro freqüente é supor-se

haja Maquiavel preconizado a imoralidade política. Se, por vêzes, êle conclui que os governos devem necessariamente agir com crueldade e perfídia, exprime, todavia, seu pesar ao verificar que, nem sempre, podem conservar-se pelos meios aprovados pela moral. Sendo o objetivo do Estado a sua segurança e engrandecimento, pode e deve o Príncipe, que o encarna, infringir os preceitos morais nas relações internas e internacionais, considerando lícito tudo quanto favorece o governo, porque — frisava êle — “os regimes não se mantêm com padres-nossos...”. Não via, na política, senão um jôgo de fôrças, no qual todos os meios de luta são bons e louváveis, porque se trata de defender, proteger e salvar o Estado, único abrigo de que jamais tenham os homens criado para a defesa de seus bens materiais e espirituais. “Se os homens fôsem melhores — adverte mais uma vez — não precisaríeis da fôrça nem da fraude”.

A presente tradução é devida ao Prof. Roberto Grassi, que procurou respeitar, tanto quanto possível, o estilo e a forma de Maquiavel, apegando-se o mais que pôde ao original. Para isto consultou textos existentes na Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo, visando a uma tradução realmente fiel, tarefa difícil, por ter o autor escrito em 1513, isto é, em plena Renascença, quando o italiano ia paulatinamente destacando-se da língua mãe — o latim — e dos barbarismos nêle introduzidos nos séculos em que se deu a decadência do Império e, depois, nos agitados tempos medievos.

IVAN LINS

* *
*

La Russie et l'Europe (XVIe-XXe siècles). S.E.V.P.E.N. École Pratique des Hautes Études. VIe Section. Coleção “Bibliothèque Générale”. Institut d'Histoire Universelle de l'Académie des Sciences de l'U.R.S.S. Paris. Moscou. 1970. 326 pp. 35,00 F.

Esta obra reúne onze artigos consagrados às relações comerciais, militares, econômicas e culturais entre a Rússia e a Europa desde o século XVI até a I Guerra Mundial. É o resultado de um acôrdo de dupla publicação concluído entre a Academia das Ciências da U.R.S.S. e a Escola Prática de Altos Estudos, representado pelos professôres Fernand Braudel, M. Ferro, A. A. Gouber, A. Z. Manfred e R. Portal.

São os seguintes os artigos publicados:

G. Zordanija, Os primeiros mercadores e navegadores franceses na região marítima da Rússia setentrional. A origem das relações comerciais e diplomáticas franco-russas.

S.M. Troickij, O “sistema” de John Law e seus continuadores russos.

V. G. Sirotkin, A renovação em 1802 do tratado de comércio franco-russo de 1787.

S. S. Dimítiev, A viagem agrônômica do professor Ya. A. Linovski em França em 1842-1844.